

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.866 - CE (2019/0295069-4)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : JAYLLES JOSE RIBEIRO FENELON
ADVOGADO : JAYLLES JOSE RIBEIRO FENELON - PI011157
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : CARLOS ALBERTO PASSOS FONTELENE
PACIENTE : MARIA DE FATIMA DUARTE
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

CARLOS ALBERTO PASSOS FONTELENE e MARIA DE FÁTIMA DUARTE alegam sofrer coação ilegal ante **decisão liminar** proferida por Desembargador do Tribunal *a quo*, que indeferiu o pedido urgente de **revogação de sua prisão preventiva**.

Requerem a **concessão da liminar *per saltum***, haja vista a falta de fundamentação do édito prisional e a desproporcionalidade da medida extrema.

Decido.

I. Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal

De acordo com o explicitado na Constituição Federal (art. 105, I, "c"), não compete a este Superior Tribunal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão denegatória de liminar, por desembargador, antes de prévio pronunciamento do órgão colegiado de segundo grau.

Em verdade, o remédio heroico, em que pese sua altivez e grandeza como garantia constitucional de proteção da liberdade humana, não deve servir de instrumento para que se afastem as regras de competência e se submetam à apreciação das mais altas Cortes do país, em poucos dias, decisões de primeiro grau às quais se atribui suposta ilegalidade, **salvo se evidenciada, sem necessidade de exame mais vertical**, a apontada violação ao direito de liberdade do paciente.

Somente em tal hipótese a jurisprudência, tanto do STJ quanto do STF, admite o excepcional afastamento do rigor da Súmula n. 691 do STF (aplicável ao STJ), expressa nos seguintes termos: "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra

decisão do relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar."

Não contribui para a higidez do sistema de justiça criminal que, salvo hipóteses excepcionais, pedidos de habeas corpus ainda não previamente apreciados por um órgão colegiado, nem sequer instruídos com as informações do Juiz de primeiro grau e o parecer do órgão do Ministério Público Federal, sejam decididos de maneira precária, por magistrado que não dispõe de todos os documentos necessários para formar sua convicção.

Outrossim, cabe referenciar **aspecto de natureza funcional de extrema importância para quem se preocupa não apenas com implicações subjetivas do exercício da jurisdição, mas também com a própria saúde das relações entre jurisdicionados e órgãos judicantes**: se qualquer decisão da lavra de magistrado de primeiro grau pudesse ser, de forma quase direta e natural, revisada pelos Tribunais Superiores, o sistema de justiça criminal entraria em colapso, mormente em um país continental como o Brasil, com população superior a 200 milhões de habitantes, e com um Poder Judiciário fracionado em mais de 18 mil magistrados, já incumbidos do exame de quase uma centena de milhões de processos (dados do CNJ).

Notório, pois, o **prejuízo ao poder de julgar de maneira organizada, acurada e correta**, ante as limitações da capacidade dos órgãos jurisdicionais superiores, os quais, premidos pelo dever de prestar jurisdição, acabam por sacrificar as competências constitucionais que lhes são próprias para, **em prejuízo de outros jurisdicionados**, analisar ações que, em muitos casos, ainda não foram devidamente deslindadas nas instâncias ordinárias.

O **prejuízo** derivado da supressão de instâncias e da consequente prodigalidade do uso de recursos e ações **judiciais não alcança, vale acentuar, somente os jurisdicionados em geral, mas também o próprio postulante da tutela de urgência, ante a possibilidade de que o antecipado e precário exame da matéria objeto da postulação acarrete**: (a) o **retardo** no deslinde das centenas de postulações regularmente endereçadas à Corte Superior, **anteriormente distribuídas** (com prioridade temporal, portanto), com **igual relevância temática** e que observaram o devido trâmite de instâncias; (b) **eventual repercussão** no reexame futuro da questão posta pelo requerente, em prejuízo do paciente – dado o incontornável dever judicial de motivação do ato decisório –, antes que se tenham examinado pela justiça de segundo grau todos os argumentos explicitados na impetração.

São preocupações que deveriam ser sopesadas por todos os sujeitos processuais, para que se busque alcançar um maior **equilíbrio entre o fundamental direito de acesso ao Judiciário e o dever funcional de prestar jurisdição com qualidade, celeridade e justiça.**

II. Impossibilidade de superar o óbice sumular

Consta dos autos que, em **28/5/2019**, o Juízo de primeiro grau decretou a prisão preventiva dos postulantes, suspeitos do crime de associação criminosa, os quais, consoante a exordial, seriam primários e agricultores e em "gozo de auxílio doença (câncer e depressão)" (fl. 4).

Em análise perfunctória – inerente a esta fase processual –, **não verifico a possibilidade de mitigar a Súmula n. 691 do STF, por não verificar manifesta teratologia jurídica do édito prisional, assim fundamentado:**

Além disso, a segregação cautelar se mostra necessária para a **garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal**, tendo em vista que **o crime denunciado possui ligação direta com a ordem pública**, tendo em vista que trata de associação para o cometimento de crimes. Destaco, ainda, que a prisão dos denunciados faz-se necessária para o **andamento das investigações, pois consoante narra a denúncia, os denunciados trocaram tiros com a patrulha policial.**

[...]

Acresça-se que, embora alguns dos denunciados não registrem qualquer processo em sua certidão de antecedentes criminais, **outros já estão inclusive presos em decorrência de outros processos que tramitam nesta Comarca, a exemplo de Maria de Fátima e Germano Rodrigues, bem como Carlos Alberto, o qual está foragido.**

Presentes os pressupostos e os requisitos da prisão preventiva, para assegurar a aplicação da lei penal e por conveniência da instrução criminal, corroborados com os indícios suficientes de autoria e prova da existência do fato, é de se decretar a prisão preventiva [...]

Os autos nem sequer estão instruídos com a denúncia, o que prejudica a compreensão dos fatos tidos como delituosos. Ademais, o Juiz salientou que **a paciente está presa em decorrência de outros processos que tramitam na Comarca e que Carlos está foragido.** De mais a mais,

Superior Tribunal de Justiça

registrou a troca de tiros entre o bando e a patrulha policial, a sinalizar a periculosidade concreta de seus integrantes.

O *writ* está deficientemente instruído. Não é possível compreender os fatos tidos como delituosos ou o averiguar o histórico criminal dos pacientes. O impetrante não juntou cópia da denúncia, da folha de antecedentes, nem comprovou a data do cumprimento do mandado de prisão. O atestado médico mais recente denota a falta de condições de Carlos para comparecer a compromissos por 18 dias, a contar de 17/6/2019 e não foi acostado aos autos nenhuma decisão do Juiz de primeiro grau analisando eventual pedido de prisão domiciliar por motivo de saúde.

Nesse cenário, em que foram apontados **dados concretos dos autos** para justificar a necessidade de salvaguarda da ordem pública e da instrução criminal, não é possível acolher o pleito de urgência.

Não há prova inequívoca de **atual** situação precária de saúde dos suspeitos, a sinalizar a imprescindibilidade de prisão domiciliar, máxime quando considerada a menção de que a acusada está presa por outros delitos e Carlos, foragido. Considero, portanto, que a questão não pode ser dirimida *inaudita altera pars*. Faz-se necessário a solicitação de informações e a manifestação do Ministério Público, para análise cuidadosa da pretensão.

Por isso, **não é absurda a decisão do Desembargador**, a autorizar a interferência açodada desta Corte Superior.

III. Dispositivo

À vista do exposto, sem prejuízo futuro de exame mais acurado da insurgência, em eventual impetração que venha a ser aforada, já a partir da decisão colegiada do Tribunal *a quo*, **indefiro liminarmente o processamento deste habeas corpus**, com fulcro na **Súmula n. 691 do STF** e o **art. 210 do RISTJ**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**